

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de julho de 2020 às 08h05
Seleção de Notícias

Agência Estado - Broadcast | BR

Arbitragem e Mediação

Empresários resolvem disputas jurídicas em até 30 dias com ajuda da Câmara de Mediação e Arbitragem da ACSP

RELEASES

3

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 4.897

5

Yahoo! Finanças | BR

Patentes

Alemanha supera Coreia do Sul como nação mais inovadora

STEPHANIE KOHN

17

Empresários resolvem disputas jurídicas em até 30 dias com ajuda da Câmara de Mediação e Arbitragem da ACSP

RELEASES

São Paulo, 20 de julho de 2020. Projeto iniciado em outubro de 2016, a Câmara Brasileira de **Mediação** e **Arbitragem** Empresarial (CBMAE) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) tem ajudado diversos empresários a resolverem conflitos empresariais, sejam de natureza jurídica ou contratual, sem a necessidade de iniciar um processo na Justiça, propriamente dita, algo que costuma consumir tempo e dinheiro.

Com o intuito de garantir celeridade e seriedade à prática da conciliação, **arbitragem** e **mediação**, a CBMAE da ACSP é uma alternativa para pequenos, médios ou grandes empreendedores, na solução de conflitos, inclusive em disputas trabalhistas, por meio da **mediação**, e contando agora com audiências online.

"No nosso caso, a **mediação** resolve 92% dos casos em até 30 dias. Já o poder Judiciário tem pendentes 110 milhões de processos, que em média levam 8 anos e meio para serem resolvidos em primeira instância", diz Guilherme Giussani, coordenador da CBMAE.

Segundo ele, a solicitação de audiências de **mediação** ou **arbitragem** pela internet tem crescido bastante durante o período das restrições ao convívio social provocado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). "Mesmo sendo por meio digital, são mantidas as mesmas regras de uma sessão presencial. Há necessidade de apresentação de documentos e elementos, e tudo é acompanhado a distância por um mediador", diz o coordenador da CBMAE ao contextualizar que, em média, a entidade administra 20 conflitos empresariais mensais por este sistema remoto.

Um dos "segredos do sucesso" da CBMAE é a pos-

sibilidade de que as partes cheguem a um acordo, o que elimina a possibilidade de recursos, bastante usuais nos processos judiciais. Outra vantagem é a flexibilidade que a **arbitragem**, conciliação e **mediação** permitem, como a possibilidade de às partes litigantes moldarem o processo em comum acordo, ao escolherem prazos para que as decisões sejam proferidas, ao apontarem o árbitro (no caso da **arbitragem**) ou ao escolherem a câmara onde desejam firmar o acordo.

A entidade ligada à ACSP trabalha em parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), que administra as Câmaras de **Arbitragem** em várias regiões do país.

Garantia de qualidade

Em novembro do ano passado, a CBMAE recebeu o Selo Câmara Privada de **Mediação** e Conciliação, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que atesta a realização de boas práticas da entidade com relação aos parâmetros técnicos e éticos estabelecidos pelo órgão.

"Trata-se de um importante reconhecimento, pois confirma perante a sociedade que o nosso serviço é referenciado pela padronização do Tribunal de Justiça de São Paulo. Acredito que o recebimento do selo irá contribuir para que aqueles que ainda tenham algum tipo de insegurança ganhem uma confiança adicional em trazer seus conflitos para serem solucionados na CBMAE", diz Giussani

Sigilo e segurança

Com relação à segurança e ao sigilo, as mediações online ocorrem em ambiente criptografado, seguro e confidencial, e as partes podem acompanhar tudo por

Continuação: Empresários resolvem disputas jurídicas em até 30 dias com ajuda da Câmara de Mediação e Arbitragem da ACSP

meio de um usuário de login e senha de acesso.

O procedimento pode ser realizado por meio de chat, com acompanhamento do mediador, ou através de vídeo conferência. Após a realização do acordo, será emitido para as partes um termo com validade jurídica, como um título executivo extrajudicial.

Além disso, para quem já é associado da ACSP, tem direito a uma sessão gratuita de **Mediação** online.

Para saber mais sobre a Câmara de **Mediação** e **Arbitragem** da Associação Comercial de SP, basta acessar: <https://acsp.com.br/servicos/s/cbmae-camara-brasil-a-de-mediacao-e-arbitragem-empresarial>.

Sobre a ACSP: A Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em seus 125 anos de história, é con-

siderada a voz do empreendedor paulistano. A instituição atua diretamente na defesa da livre iniciativa e, ao longo de sua trajetória, esteve sempre ao lado da pequena e média empresa e dos profissionais liberais, contribuindo para o desenvolvimento do comércio, da indústria e da prestação de serviços. Além do seu prédio central, a ACSP dispõe de 15 Sedes Distritais, que mantêm os associados informados sobre assuntos do seu interesse, promovem palestras e buscam soluções para os problemas de cada região.

MAIS INFORMAÇÕES PARA A IMPRENSA

Tamer Comunicação

Tercio Braga, tercio.braga@tamer.com.br

Broadcast Imagem

MIGALHAS nº 4.897



Segunda-Feira, 20 de julho de 2020 - Migalhas nº 4.897.

Fechamento às 11h15.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles

()

"Também a polícia é humana, e nada do que é humano lhe é desconhecido."

Machado de Assis

Carteirada



A bela cidade de Santos, cortada por seu canais, foi palco de um episódio deplorável neste fim de semana. O desembargador do TJ/SP Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira foi flagrado humilhando um guarda municipal que o multou por não utilizar máscara enquanto caminhava na orla da praia. O magistrado chamou o guarda de "analfabeto", rasgou a multa e, numa típica carteirada, ligou para o secretário municipal para reclamar. O TJ emitiu nota dizendo que não compactua com tais atitudes e o CNJ abriu procedimento de investigação. ()

Rei da praia

Em artigo publicado pelo Migalhas, o advogado José Rogério Cruz e Tucci critica a atitude do magistrado. O advogado comparou o desembargador ao personagem Rubião, de Machado de Assis, em Quincas Borba. "Faz crer que, ali, nas fronteiras de seu território, pode tudo." ()

Reincidente

Continuação: MIGALHAS nº 4.897



Ao que parece, o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira é reincidente nas "carteiradas". Outro vídeo mostra ele, visivelmente sem o equilíbrio que se espera de um magistrado, desrespeitando e ameaçando um inspetor da guarda civil. Veja, .

Combinação explosiva

Praia de Santos e desembargador do TJ não são uma boa combinação em tempos de pandemia. Com efeito, em março o ex-presidente do TJ, Ivan Sartori, já tinha se notabilizado por desrespeitar as determinações do alcaide. para rever a dantesca cena.

Contrastes

Quis o destino que o episódio com o desembargador paulista acontecesse exatamente quando a Corte tem sob seus auspícios um presidente que prima pela lhanza. Aliás, foi esse atributo que sempre ressaltamos acerca do atual presidente da Corte bandeirante, que não nega o berço e o passado do Egrégio Tribunal, que tem em sua galeria nomes cuja cordialidade e gentileza são apanágios marcantes. Aliás, as mencionadas exceções constantes nas notas acima comprovam a regra. Com efeito, este informativo priva da amizade de dezenas de desembargadores paulistas e assevera à comunidade jurídica que a amabilidade é regra entre eles.

Empréstimo consignado

Cobrança de empréstimo consignado aos servidores do Estado do RJ foi suspensa por decreto do governador Wilson Witzel. A suspensão vale a partir de hoje e tem previsão de duração de 120 dias. ()

Empréstimo consignado - II

Suspensão semelhante foi determinada pelo governo da Paraíba. A lei 11.699/20, que já é alvo de decisões no Estado () , já é contestada no STF (ADIn 6.451).





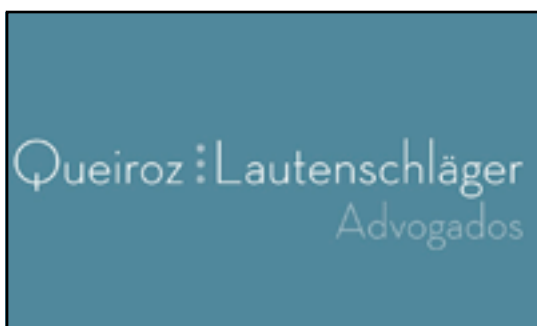
Empréstimo consignado - III

Qual é o fundamento para suspensão da cobrança de empréstimos feitos pelos servidores? Com efeito, eles foram os únicos empregados que não sofreram perda de emprego com a pandemia. A justificativa, não sendo econômica, é política. Ou melhor, política.



Novo Apoiador

Com mais de uma década de atuação, Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles firma seu DNA como escritório multidisciplinar, entregando soluções individualizadas e levando estratégias de arrojo aos seus clientes, sobretudo em questões de grande relevância estratégica para todos os perfis de segmentos, que, conjugados com larga experiência, conseguem não só trabalhar com vantagem em questões contenciosas, mas também com uma análise sob o viés preventivo e de seus desdobramentos. Sediado em Botucatu/SP, atua em todas as esferas do Judiciário, além de administrativamente junto aos órgãos públicos e privados. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.



Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas



Pandemia na Justiça

Tribunal do Júri

O CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados emitiu manifestação acerca da proposta do CNJ autorizando júris virtuais. Para a entidade, ela fere princípios constitucionais norteadores do sistema jurídico brasileiro e viola direitos fundamentais . ()

Redução de mensalidades

Desconto linear em mensalidades durante a pandemia é contestado por universidades no STF. En-

Continuação: MIGALHAS nº 4.897



tidades pedem a suspensão de todas as decisões judiciais que concedem compulsoriamente o desconto. Ministra Rosa Weber é a relatora das ações. ()

Contaminação

Seara em Três Passos/RS deve afastar todos os funcionários por risco de covid-19. Decisão é do desembargador do Trabalho Marcelo Jose Ferlin D'ambroso ao determinar, ainda, que empresa realize testes nos funcionários a partir do 10º dia de afastamento . ()



Voo cancelado

Agência de viagens e companhia aérea são condenadas a indenizar passageira que teve voo de volta para o Brasil cancelado durante a pandemia e não recebeu assistência. Para a juíza do 4º JEC de Brasília, as empresas falharam na prestação do serviço, uma vez que deixaram a consumidora sem assistência em um país estrangeiro durante uma crise mundial. ()



Medidas emergenciais

Governo de SP sanciona lei com medidas emergenciais durante pandemia. A lei assegura a liberdade religiosa a estudantes e servidores públicos e estabelece medidas para coibir a violência doméstica contra mulheres, previsão da telemedicina e apoio ao setor cultural. ()



Retomada das atividades

PB - O Judiciário paraibano inicia hoje a retomada das atividades presenciais. () PA - Na próxima quarta-feira, mais oito comarcas do Estado iniciarão a retomada das atividades presenciais. Assim, ao todo serão 21 comarcas na execução das atividades. ()

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !



HC de Queiroz

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, arquivou reclamação disciplinar contra o presidente do STJ, ministro Noronha, por conceder HC a Queiroz e sua esposa. Ao decidir, Humberto Martins explicou ser incabível a intervenção da Corregedoria Nacional de Justiça para avaliar o acerto ou desacerto de decisão judicial, cabendo recursos próprios aos tribunais competentes. Além disso, o corregedor afirmou não ver desvio de conduta de Noronha. ()

Ex-japonês da Federal

O agente Newton Hidenori Ishii, que ficou conhecido como "japonês da Federal" ao atuar na prisão de investigados na Lava Jato, foi condenado à perda do cargo de policial, além de pagamento de multa no valor de R\$ 200 mil, por envolvimento em quadrilha que facilitava contrabando entre Brasil e Paraguai. Decisão é do juiz Federal Sergio Luis Ruivo Marques, da 1ª vara de Foz do Iguaçu/PR. ()

SP - Previdência

Ministro Toffoli deferiu liminar para suspender a
abpi.empauta.com

execução de decisão proferida pelo Órgão Especial do TJ/SP que vetava o aumento de tributação de aposentados e pensionistas estaduais. O ministro abriu vista dos autos à PGR. ()

Previdência Social

O IEPREV - Instituto de Estudos Previdenciários emitiu nota técnica com considerações a respeito do novo regulamento da Previdência Social, o decreto 10.410/20. Para o Instituto, são relevantes alterações no fluxo do processo administrativo impostas ao artigo 176, as quais podem ter diversos reflexos procedimentais e ao processo judicial. ()

Aposentadoria por invalidez

Mulher que está afastada do mercado de trabalho há 15 anos e possui doença psiquiátrica que limita relacionamento interpessoal consegue restabelecer aposentadoria por invalidez. A decisão é da 15ª turma Recursal do Juizado Especial Federal Cível da 3ª região, que deu provimento ao recurso. Colegiado considerou ser remota a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. ()

Periculosidade

Motorista de carro-forte não receberá adicional de periculosidade por atender loja de conveniência em posto de combustível. Decisão é da 5ª turma do TST, que excluiu condenação imposta a empresa de transporte de valores ao considerar que a atividade não envolve operações com bombas de abastecimento e, portanto, não se enquadra como perigosa. ()

Conteúdo ilícito

Google deve retirar vídeos que acusam empresário de desvio de dinheiro e prática de adultério com uma funcionária. Decisão é da 1ª câmara de Direito Privado do TJ/SP ao determinar que site remova o conteúdo tanto no Brasil quanto em âmbito internacional. ()

Contrato de trabalho

Empresa não precisará pagar cesta básica a funcionária afastada por auxílio-doença. Ao decidir, a 2ª turma do TST considerou que a CLT prevê que o afastamento do empregado por auxílio-doença suspende o contrato de trabalho, não devendo o empregador exercer as obrigações contratuais. ()

Reintegração em aplicativo

Uber terá de reintegrar cadastro de motorista depois de encerrar a parceria sem demonstrar motivo. Decisão é da juíza de Direito Rita de Cássia de Cerqueira Lima Rocha, do 5º JEC de Brasília, que entendeu que a exclusão ocorreu de forma ilícita. ()

Estacionamento "gratuito"

Órgão Especial do TJ/SP julgou inconstitucional lei municipal de Campinas que condicionava gratuidade de estacionamentos de shoppings e hipermercados a comprovação de compras em valor pelo menos dez vezes maior do que o do estacionamento. Para o colegiado, norma viola competência privativa da União e contraria Constituição Estadual. ()

Garantia real

A 1ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP determinou a classificação do crédito de credor de massa falida, titular de hipoteca judiciária, como sendo de "garantia real". Para o colegiado, cumpridas as exigências do estatuto de ritos e da lei de registros públicos, o credor passa a titularizar uma garantia real. ()

Lote contaminado

A 29ª câmara de Direito Privado do TJ/SP majorou de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil a indenização por danos morais que a empresa Heinz deve pagar a um consumidor. O colegiado observou que o cliente ad-

quiriu frascos de ketchup de lote suspenso pela **Anvisa** em razão da existência de pelos de roedores. ()

Colação de grau

Aluna de universidade que, após erro no sistema, não teve sua aprovação contabilizada na disciplina de estágio obrigatório poderá participar da colação de grau. O pedido de tutela de urgência foi deferido pelo juiz de Direito Regis de Castilho Barbosa Filho, da 41ª vara Cível de SP. ()

Passageiro desassistido

Companhia aérea terá de ressarcir e indenizar passageiro que não recebeu assistência após ter voo cancelado e ser realocado para três dias depois. Decisão é do juiz de Direito Daniel Torres Dos Reis, da 2ª vara do JEC de Vergueiro/SP. O advogado Rodrigo Lopes dos Santos (Lopes & Giorno Advogados) patrocina a causa. ()

Ônus de sucumbência

A 9ª câmara de Direito Privado do TJ/SP manteve decisão que, devido ao princípio da causalidade, determinou que o embargante arcasse com o pagamento do ônus da sucumbência. Para o colegiado, se foi o embargante que deu causa ao ajuizamento dos embargos de terceiro, deve arcar com as custas. O escritório Costa & Roxo Sociedade de Advogados atua pelo embargado. ()

Numeração processual

O CNJ determinou aos órgãos do Judiciário, exceto o STF, que as publicações e intimações de seus atos sigam a numeração padrão estabelecida na resolução CNJ 65/08, sem supressão, alteração ou inversão dos caracteres. Em pedido do escritório Lee, Brock, Camargo Advogados (LBACA), o Conselho constatou que a resolução tem sido descumprida por alguns órgãos da Justiça. ()

Erro em laudo médico

Um candidato que foi desclassificado de concurso público por erro em laudo médico poderá prosseguir no certame. A juíza de Direito Ana Beatriz Rosito de Almeida, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, constatou que o erro foi do laboratório, não podendo o candidato ser penalizado pelo fato. O caso é patrocinado pelo escritório Agnaldo Bastos Advocacia Especializada. ()

Migas

1 - STF - É inconstitucional lei de SP que reestrutura Santas Casas e hospitais filantrópicos. () 2 - STF - Adoção de valores pré-fixados para cálculo do IPI é constitucional. () 3 - STJ - São cabíveis embargos de terceiro contra penhora de imóvel. () 4 - STJ - Morte do inventariante não extingue ação de prestação de contas sem resolução de mérito. () 5 - TRT da 10ª região - Funcionária que está na Índia não precisar retornar ao Brasil durante fase crítica de pandemia. () 6 - SC - Chapecoense e credores de 24 processos repectuam acordo na Justiça do trabalho. ()

Direito à Saúde e Direito de Família

Em parceria com Vilhena Silva Advogados, Migalhas realiza o webinar "Direito à Saúde e Direito de Família em tempos de pandemia", dia 23/7, às 18h. ()

Novos desafios do Direito do Trabalho

Dia 29/7, às 19h, Migalhas realiza o webinar "Nova Realidade e Desafios para o Mundo Jurídico do Trabalho", em parceria com o escritório Coelho & Tachy Advogados. ()

Agronegócio

Decorrente da conversão da "MP do Agro", a lei 13.986 promoveu importantes comandos normativos com o intuito de fomentar o agronegócio na-

cional. Para discutir os temas mais atuais trazidos pela nova legislação, Migalhas realiza webinar em parceria com a CAMES e o escritório Reis, Souza, Takeishi & Arsuffi Sociedade de Advogados. Dia 3/8, às 17h. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Colunas

Análise e Conjuntura Política

No texto de hoje, Alon Feuerwerker traz seus comentários sobre a campanha eleitoral curtíssima que teremos e que vai se desenvolver principalmente por meios remotos. ()

Previdencialhas

Não é de hoje que a tributação previdenciária de entidades religiosas circunda a discussão sobre o real encaixe do salário de contribuição. Tendo em vista a delimitação constitucional restrita a rendimentos decorrentes do trabalho, o advogado Fábio Zambitte Ibrahim questiona: eventual retribuição paga a clérigos em geral seria passível de tributação? ()

Migalhas Contratuais

O advogado Carlos E. Elias de Oliveira e o tabelião Hercules Alexandre da Costa Benício tratam da assinatura eletrônica, expondo como se dá seu uso nos contratos e nos demais atos jurídicos, e propõem interpretações e sugestões à doutrina, à jurisprudência e à legislação diante da necessidade de o Direito se adaptar à era das comunicações remotas. ()

Papo Jurídico

Um salário pode ser penhorado para pagamento de uma dívida? O advogado Guilherme Galhardo Antonietto responde. ()

Cloroquina

O médico, no âmbito da autonomia da vontade do paciente, pode prescrever cloroquina como medicamento de controle especial àquele não contaminado ou até mesmo para o contaminado pelo vírus? O promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior esclarece questão. ()

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !

Migalhas de peso

Marketing digital - LGPD

A LGPD requer uma mudança de postura no que se refere ao tratamento de dados pessoais. Confira os reflexos da lei na área de marketing digital trazidos pela advogada Ana Luiza Daólio, do escritório OGF Advogados. ()

Direito Penal

Do escritório Trigueiro Fontes Advogados, a advogada Luciana Simmonds de Almeida escreve sobre as barreiras globais do Direito Penal, ressaltando a importância das instituições governamentais se reinventarem na realidade mundial cada vez mais tecnológica e sem fronteiras, mas que conflita com as premissas institucionais. ()

Coisa julgada bancária

O advogado Orlando Anzoategui Junior, do escritório Anzoategui Advogados Associados, traz breves considerações acerca da relativização da coisa julgada bancária. ()

Tributário

Os crimes contra a ordem tributária e a necessidade da constituição definitiva do crédito tributário é o as-

sunto abordado pelo advogado Hassan Magid de Castro Souki, do escritório Homero Costa Advogados. Confira! ()

Financiamento privado

Os advogados Ellen Carolina da Silva e Jose Roberto Camasmie Assad, da banca Luchesi Advogados, tratam da importância do financiamento privado no agronegócio sob o prisma da nova lei do agro e da segurança jurídica. ()

Controle judicial

O advogado Lucas Asfor Rocha Lima pondera: "Admitir que ao órgão Judiciário é dado um acentuado poder de controle sobre a atividade normativa dos órgãos de regulação significa admitir, indiretamente, que ao fim e ao cabo lhe pode competir escolher, entre várias soluções teoricamente viáveis, uma que lhe pareça mais adequada, considerados determinados valores que devam prevalecer segundo sua visão". ()

ICMS

Da banca Tauil & Chequer Advogados, Celso Grisi, Thaís Abreu de Azevedo Silva e Isabella de Magalhães Castro Pacífico tratam da não incidência do ICMS sobre a prestação de serviços de transporte de mercadorias destinadas ao exterior, isenção prevista pela lei complementar 87/96. ()

"O fato e a percepção do fato"

Auditor-Fiscal da Receita Federal, Getúlio José Uba Filho traz uma breve reflexão sobre o controle do ato administrativo: "A toda sociedade interessa uma administração pública cada vez mais íntegra e mais aderente aos princípios constitucionais. Aos próprios agentes públicos, especialmente." ()

Migalhas de peso - Pandemia

FGTS emergencial

Para amenizar a crise econômica causada pela pandemia, o governo Federal liberou o saque de até R\$ 1.045,00 do FGTS. A advogada Márcia Glomb, do escritório Glomb & Advogados Associados, explica quem são as pessoas que podem sacar o benefício e quais são os efeitos a longo prazo que essa antecipação do direito trabalhista pode acarretar. ()

Home office

Em artigo assinado pela advogada Bruna Larissa Feitosa de Carvalho, escrito em coautoria com o professor Ricardo Calcini, da empresa Ricardo Calcini | Cursos e Treinamentos, os autores abordam, em detalhes, as vantagens e as desvantagens deste meio de trabalho que conquistou o mercado. ()

Devedor de alimentos

Durante a pandemia, como fica a prisão do devedor de alimentos? Sobre o assunto, confira o que fala a advogada Fernanda Pederneiras, do Escritório Professor René Dotti. ()

MP 948/20

Professor do departamento de Direito Civil da Universidade de São Paulo, José Fernando Simão aborda a MP 948/20, que dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública. ()

Manutenção do emprego e da renda

Os advogados Edison Carlos Fernandes, Richard Abecassis e Paula Barbosa, do escritório Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados, tratam das medidas do governo para a manutenção do emprego e da renda diante do cenário de crise causado pela pandemia. ()

Seguro garantia

Da banca Gaia Silva Gaede Advogados, o advogado Rafael Augusto Pires Mangini fala da possibilidade de substituição de depósitos judiciais por seguro garantia frente ao agravamento da atual situação econômica, especialmente pelo avanço da pandemia. ()

IRDR

Advogada Ana Tereza Basilio, sócia do Basilio Advogados, aborda o IRDR - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas como uma saída para desafogar o Judiciário em tempos de pandemia. ()

Comparamos seu precatório!

precatórios.migalhas.com.br

WhatsApp Migalhas

Receba notícias direto no seu celular.

para se cadastrar.

APP Migalhas

Baixe agora mesmo o aplicativo Migalhas e seja o primeiro a receber o Informativo. É gratuito e não precisa de cadastro. ()

Causo

Sobre o Judiciário e a histórica cidade de Santos, um caso verdadeiro para quebrar o gelo. No início dos anos 80, um juiz substituto foi designado para a cidade praiana. Novato na magistratura e querendo mostrar serviço, ficava até altas horas no fórum. Certa ocasião, quando quase todos já tinham ido, e a noite há muito tinha caído, surge em sua sala um escrevente avisando: "Dr. tem um pessoal aí, é um 'Protesto a Bordo', o Sr. pode fazer agora?". Novel e empolgado, o juiz esfregou as mãos e não titubeou: "Claro, vamos fazer imediatamente". Ato contínuo, o servidor abre a sala e adentra um bando de noruegueses, todos falando ao mesmo tempo a inin-

teligível língua. Completamente perdido, sem saber o que fazer, um verdadeiro marinheiro de primeira viagem, o novato, imaginando que "Protesto a Bordo" era uma briga que ele atuaria como conciliador, pede licença e sai correndo pelos corredores escuros do fórum procurando alguém que o orientasse sobre o que fazer. Até que consegue achar um juiz trabalhando naquela hora: Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior, então juiz da 4ª vara cível de Santos. Com sua inerente gentileza, ele acompanhou o novel juiz até onde estavam os marujos nórdicos e realizou com ele o simples procedimento do "protesto a bordo" que hoje está no art. 766 do CPC, comum nas cidades portuárias, e inexistente onde não há porto. Migalhas quis trazer esses personagens, para lembrar almas humanísticas e dedicadas que são a marca verdadeira da Justiça bandeirante.

Baú migalheiro

Em 20 de julho de 1889, há 131 anos, nasceu em Lisboa Fidelino de Figueiredo, jornalista e escritor português, falecido na mesma cidade em 20 de março de 1967. Foi deputado no Sidonismo, chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública em 1917 e ainda diretor da Biblioteca Nacional, em 1918, cargo no qual seria reconduzido em 1927. (Compartilhe)

Sorteio

Na obra "Direito no cotidiano: Guia de sobrevivência na selva das leis" (Editora Contexto - 160p.), o autor Eduardo Muylaert (Muylaert, Livingston e Kok Advogados) traz um guia explicativo, em linguagem simples, das principais regras e estrutura básica da Justiça. Participe e concorra ao exemplar doado pelo autor. ()

Novidade

As entrevistas coletivas estão proibidas com o artigo 38 da nova lei do abuso de autoridade? Essa e outras questões são abordadas na obra "Nova Lei do Abuso de Autoridade", da Editora JHMizuno. Adquirá já! ()

Migalhíssimas

Luiz Gustavo Bichara, sócio de Bichara Advogados e Procurador Tributário do Conselho Federal da OAB, participa hoje, às 17h, do webinar "Reflexos da pandemia na Reforma Tributária", promovido pela Ordem. () Presidente do TRE/SP, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior participa hoje, às 19h, do "16º evento gratuito do MeuCurso", para falar sobre os efeitos da pandemia no processo eleitoral. O debate contará com grandes nomes do Direito Eleitoral, entre eles Tony Chalita, mestre em Direito do Estado e sócio do Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados. A **mediação** fica por conta do advogado Marco Antonio Araujo Jr., presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP e fundador do MeuCurso. () O IGP promove hoje o webinar "Processo legislativo e garantias fundamentais", com o deputado Federal Felipe Francischini. O debate será mediado pelos advogados Bernardo Fenelon (Fenelon | Costódio Advocacia) e Ananda França de Almeida. O evento é coordenado pelo presidente do IGP, Ticiano Figueiredo (Figueiredo & Velloso Advogados Associados). O webinar é aberto e gratuito. Acompanhe pelo canal do YouTube. () A convite do produtor musical Zeh Netto, o advogado Renato Dolabella, sócio da Dolabella Advocacia e Consultoria, vai participar de uma live sobre **direitos** autorais e contratos no audiovisual. O evento será hoje, a partir das 20h, pelo YouTube () e Facebook (). Em parceria com a Jucesp, Chiarottino e Nicoletti - Advogados promoverá o webinar "A Junta Comercial na Era Digital - um bate-papo com a Procuradoria da Jucesp a respeito das novas normas de Direito Digital". Será amanhã, às 14h. O evento online contará com a participação de Leandro Chiarottino, sócio fundador; Hélio Nicoletti, sócio sênior; Celso Azzi, sênior counsel; Priscila Walker e Rodrigo José Marcondes Pedrosa, sócios, e Ananda Messina, advogada. E terá os convidados da Junta Comercial do Estado de São Paulo Walter Ihoshi, presidente; Celso Jesus Mogioni, procurador do Estado e chefe da Procuradoria, e Gisela Ceschin, secretária-geral. () A convite de Ana Tereza Basilio,

vice-presidente da OAB/RJ e sócia de Basilio Advogados, Angela Borges Kimbangu, vice-presidente da Comissão dos Direitos das Crianças e do Adolescente do IBRAPEJ, participa de live, amanhã, às 20h. O tema é "Adoção e questões raciais". A transmissão será pelo Instagram de Ana Tereza Basilio, @anaterzapbasilio. Brasil Salomão e Matthes Advocacia promove o debate online "Câmbio e Tributação no mercado Brasil-Portugal", amanhã, às 10h. O evento terá palestras sobre as diferenças econômicas e tributárias dos dois países. Participam os sócios Gabriel Prata e Fernando Senise, e o superintendente de câmbio do banco Ourinvest, Ricardo Russo. A **mediação** é de Marcelo Salomão, sócio presidente da banca. () Amanhã, às 11h, a Alumni Direito UnB e o IDP promovem o webinar "Futuro da advocacia tributária nos Tribunais Superiores". O debate tem o apoio da Comissão de Direito Tributário da OAB/DF, presidida por Tiago Conde (sócio de Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados). Além dele, participam como palestrantes: Daniel Corrêa Szelbracikowski, Laís Khaled Porto (Mudrovitsch Advogados), Cristiane Romano (Machado Meyer Advogados), Ariane Guimarães (Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados) e Flavio Carvalho. Dia 23/7, às 17h, o IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo realiza o webinar "Novo Marco Legal do Saneamento e Privatizações", com Sérgio Ferraz, presidente da Comissão de Direito Administrativo do IASP, Mário Engler, presidente dos Conselhos de Administração da Sabesp e da Corsan, Gabriel Muricca Galípolo, presidente do Banco Fator, e Kleber Luiz Zanchim, presidente da Comissão de Saneamento do IASP e sócio de SABZ Advogados. () No dia 23/7, das 10 às 12h, o escritório Barcellos Tucunduva Advogados promove um debate sobre a Consulta Pública 77/20. O evento, que contará com a participação do BC, abordará a proposta de mudanças na regulamentação das instituições de pagamento, dentre elas a necessidade de autorização prévia das IPs Emissoras de Moeda Eletrônica, e a criação da Instituição de Pagamento Iniciadora de Transação de Pagamentos. Faça sua inscrição e par-

ticipar! () Em sua roda de conversa, Marlus Arns de Oliveira (Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados) recebe na quinta-feira, 23/7, a desembargadora do TRF-2, Simone Schreiber, e os advogados Diogo Malan e Guilherme Brenner Lucchesi. Eles abordarão o tema "Trial by Media", às 17h. () Igor Tamasauskas, sócio de Bottini & Tamasauskas Advogados, palestra no evento "Acordos de leniência e tribunais de contas", dia 31/7, às 15h. A área Trabalhista de TozziniFreire Advogados publicou informativo com análise detalhada sobre lei 14.020/20, conversão da MP 936/20 e outras disposições. ()

Direito Administrativo

O Direito Administrativo tem se destacado no cenário social contemporâneo em virtude das relações cada vez mais estreitas entre as esferas pública e privada, que exigem, conseqüentemente, reflexões sobre o modo de conceber os interesses coletivo e individual. Nesse contexto, é essencial conhecer as demandas da prática jurídica administrativa. Alinhado às exigências atuais, o "Curso de Especialização em Direito Administrativo", da PUC-SP, aborda os principais temas do regime jurídico da área. Inscreva-se. ()

Pirataria

A **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual promove, dia 22/7, a partir das 10h30, com o apoio da Comissão de **Direitos** Autorais da OAB, o webinar "**Pirataria** online no Brasil - sucessos e desafios". Os palestrantes são Daniel Steinmetz, principal counsel da The Walt Disney Company para Global Content Protection na América Latina; Alessandro Barreto, coordenador do **laboratório** de Operações Cibernéticas (CGCCO/DIOPI/CEOPI/Mini stério da Justiça e Segurança Pública); e Guilherme Farid Mischi Boul Chebl, chefe do gabinete do Procon/SP. O evento é organizado pela Comissão de Estudos de **Direitos** Autorais e da Personalidade e pela Comissão de Es-

tudos de Repressão às Infrações da **ABPI**.

Masterclass

No dia 22/7, o juiz do TJ/MG, Maurício Cunha, comentará acerca da "Primazia do julgamento de mérito recursal" em uma das palestras da Masterclass, promovida pela Editora JH Mizuno. Inscreva-se. ()

Investigações internas

AASP promove dia 23/7, às 10h, o webinar gratuito "Direitos fundamentais em investigações internas". Participam do evento: Akira Junior, Fabyola En Rodrigues, Filipe Magliareli, Juliana Sá de Miranda, Martin de Luca e Paula Lima Hyppolito Oliveira. Em pauta, entre outros temas, os direitos e garantias de pessoas sob investigação interna de programas de compliance. ()

Arbitragem e **mediação** empresarial

Inscrições abertas, até 14/8, para a "XI Edição da Competição Brasileira de **Arbitragem** e **Mediação** Empresarial CAMARB - Câmara de **Mediação** e **Arbitragem** Empresarial - Brasil". A competição ocorrerá entre os dias 22 a 25/10, por meio eletrônico. ()

Cartório

VFK Cursos Jurídicos está com inscrições abertas para o "Curso 1ª fase - Cartório de Santa Catarina". Para

opção de parcelamento sem juros, entre em contato com a central da empresa: (11) 99284-4208 ou (85) 9955-9645 . ()

Controladoria jurídica

Em 27/7, das 19 às 22h, acontecerá a 51ª edição do "Curso Online Básico de Controladoria Jurídica", realizado pela Radar - Gestão para Advogados. Ministrado por Samantha Albini, o curso tem como objetivo trazer aos escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas uma abordagem abrangente da mais atual e inovadora forma de centralizar a gestão dos serviços jurídicos, trazendo muito mais segurança, qualidade, controle e produtividade na advocacia. Aprenda o que é a controladoria, quando e como implantar, perfil do controller jurídico, e tudo o mais. ()

Alemanha supera Coreia do Sul como nação mais inovadora



O índice anual de inovação da Bloomberg está em seu oitavo ano e, desde então, analisa dezenas de critérios usando sete métricas, incluindo gastos com pesquisa e desenvolvimento, capacidade de fabricação e concentração de empresas públicas de alta tecnologia.

Neste ano, a Alemanha obteve três classificações entre as cinco principais: manufatura de valor agregado, densidade de alta tecnologia e atividade de **patentes**. A Coreia do Sul, no entanto, perdeu a vez devido a uma queda relativa na produtividade, saindo da 18ª posição no ranking para a 29ª.

"O setor de manufatura ainda é altamente competitivo e uma fonte de inovação", disse Carsten Brzeski, economista-chefe do ING Germany. "O desempenho da Alemanha em tais indicadores ainda é forte e muito melhor do que sugere a recente fraqueza econômica."

Ainda assim, Brzeski acredita que o país não deve ser complacente com sua posição. A inovação em serviços é muito menos impressionante na região e cerca de um terço dos gastos com pesquisa e desenvolvimento está concentrado na indústria automobilística, o que significa que "interrupções mais longas no setor podem pesar na força inovadora da Alemanha", disse ele.

O status do país como gigante da fabricação foi cons-

abpi.empauta.com

truído por meio de carros, mas as preocupações com a poluição, os conflitos comerciais e as economias em desaceleração pesaram na demanda. Outro ponto que preocupa a nação germânica é a falta de inovação no ensino superior, justamente porque a economia global está passando de um perfil manufatureiro para serviços.

Coreia do Sul

Ainda que a queda da Coreia do Sul não seja significativa, o país deve se preocupar. Segundo Chang Suk-Gwon, professor de administração de negócios da Universidade Hanyang, de Seoul, os gastos com pesquisa e desenvolvimento "determinam a vida ou a morte das empresas sul-coreanas", já que na região se concentram companhias peso pesados como Samsung e LG, e a montadora Hyundai.

"Não temos muitos recursos naturais, só temos nosso cérebro a quem recorrer", disse Chang. "Além disso, por aqui temos a cultura de ampliar qualquer liderança existente, senão a China pode nos alcançar", completou.

EUA, Japão e China

Já para as demais economias avançadas, como os Estados Unidos e Japão, as notícias são menos favoráveis. A nação de Donald Trump era a número um quando o índice da Bloomberg estreou em 2013. No entanto, este ano, ela configura em 9º lugar, uma posição abaixo do ano anterior. O Japão, por sua vez, caiu para o 12º lugar, queda de três posições em relação ao ano passado.

A segunda maior economia do mundo, a China, subiu um ponto alcançando o 15º lugar, mantendo a 2ª posição no ranking de patentes e ficando entre os cinco primeiros em eficiência terciária. Segundo Francis Tan, estrategista de investimentos da UOB Escritório

de CIO do Private Bank em Cingapura, o forte desempenho da China mostra que o país estava "ocupado se preparando para uma guerra comercial prolongada e, portanto, precisava urgentemente de fornecimento para subir na cadeia de valor da manufatura", disse. "A China tem que agradecer o presidente Donald Trump por acelerar seus planos", completou.

Os EUA podem, pelo menos, comemorar seu desempenho em duas categorias: densidade de alta tecnologia e atividade de **patentes**. Entre as 20

Continuação: Alemanha supera Coreia do Sul como nação mais inovadora

empresas negociadas em bolsa com os mais altos gastos em pesquisa e desenvolvimento, metade eram norte-americanas, liderados pela Amazon Alphabet e Microsoft . A Alemanha ficou em segundo lugar com quatro companhias: Volkswagen , Daimler, Siemens e Bayer.

Confira abaixo as pontuações das primeiras posições:

Índice remissivo de assuntos

Arbitragem e Mediação
3, 5

ABPI
5

Direitos Autorais
5

Pirataria
5

Patentes
5, 17